



A reacção da SASOL ao relatório publicado pelo CIP é vaga e sem detalhes

O Centro de Integridade Pública saúda a resposta da Sasol de 21 de Novembro de 2013 ao nosso relatório, que revelou que o projecto de gás de Pande e Temane não cumpriu as receitas previstas para o Estado moçambicano. Porém, é uma resposta vaga e sem detalhes.

A declaração da Sasol é a primeira resposta formal recebida pelo CIP na sequência de pedidos formais a todos os parceiros do projecto, incluindo não só a Sasol Petroleum Temane, mas também a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (ENH), Instituto Nacional do Petróleo (INP), Ministério das Finanças, Autoridade Tributária e o *International Finance Corporation* (Banco Mundial).

O CIP também saúda a resposta da Ministra Esperança Bias, aos pedidos dos membros do Parlamento de mais informação sobre as receitas recebidas pelo Governo de Moçambique do projecto de gás de Pande e Temane, dada no dia 5 de Dezembro de 2013.

Infelizmente, nenhuma das respostas fornece o nível de detalhe necessário para os cidadãos moçambicanos avaliarem se os pagamentos feitos pela Sasol ao Ministério das Finanças são uma compensação justa pelo valor do gás exportado de Moçambique.

O trabalho do Centro de Integridade Pública no sector extractivo tem dois objectivos simples: (1) transparência abrangente nos pagamentos de receitas ao Estado e (2) promoção de negócios justos para os moçambicanos nos contratos do

sector extractivo. Nós continuamos a acreditar que o projecto de Pande e Temane da Sasol fracassa nos dois aspectos.

Um Mau Negócio para os Moçambicanos

A resposta da Sasol é mais interessante pelo que não diz do que pelo que diz. Ela, não contesta as duas constatações principais do relatório do CIP. Especificamente:

Que aquela que tinha maior potencial para ser a principal fonte de receita do Estado no sistema fiscal adoptado por Moçambique (uma parte da produção total de gás), aplicável a todas as outras concessões de petróleo em Moçambique, foi excluída do contrato para as áreas de produção de gás de Pande Temane. A Sasol não contesta, também, que não houve aumentos nos *royalties* e no Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) para compensar por essa exclusão.

Que existe uma grande diferença entre o preço de venda do gás em Moçambique (o preço com base no qual se calculam os *royalties* e os impostos) e o preço de venda do mesmo gás na África do Sul. Nem refuta que esta diferença de preços vai continuar a existir depois de se eliminarem

os limites dos preços em Moçambique, a partir de 2014, devido aos aumentos significativos no preço de venda do gás de Moçambique à África do Sul, recentemente aprovados pela entidade Nacional Reguladora da Energia da África do Sul (NERSA).

Relevância do preço do gás para o pagamento de royalties

A Sasol afirma que o “gás de *royalty* do projecto da Unidade Central de Processamento (CPF, sigla inglesa) foi utilizado para estimular o crescimento das indústrias baseadas no gás em Moçambique,” mostrando que, quase 50% do gás de *royalty* será levado em espécie em 2013. O CIP saúda a utilização alargada do gás de Pande e Temane em Moçambique.

Todavia, o crescente uso doméstico do gás de Pande e Temane não muda o facto de o Estado ter recebido receitas marginais do gás de *royalty*, em dinheiro, nos primeiros dez anos do projecto devido à uma fórmula de cálculo de preços injusta. Sempre se previu que nos primeiros anos, grande parte do gás de *royalty* seria aceite em dinheiro, e não em espécie, pelo facto do mercado doméstico ser muito limitado.

A preocupação com a fórmula injusta de determinação de preços para o cálculo do pagamento do *royalty* em dinheiro parte, não só do CIP, mas também do FMI e de um estudo de 2009 realizado para o Ministério da Energia. O FMI adverte, especificamente, ao Governo de Moçambique para não cometer o mesmo erro de Pande e Temane na determinação da fórmula de cálculo dos pagamentos de *royalties* nos contratos da Bacia do Rovuma.¹ O estudo do Ministério da Energia nota que a fórmula de cálculo dos preços dos *royalties* é “pouco comum”, indica que o governo “não está a tirar o valor de mercado total do *royalty*, está a deixar todos os benefícios de um processo de petróleo global com os produtores” e recomenda que o governo altere a fórmula nos contratos subsequentes.²

É, geralmente, reconhecido que a imposição de um *royalty* é para garantir ao Estado uma receita inicial modesta de projectos de capital intensivo do sector extractivo com pouca probabilidade de pagar impostos significativos sobre os lucros nos primeiros anos. A fórmula de cálculo do preço nos contratos da Sasol garante que estes pagamentos sejam apenas uma fracção do valor real de 5% do gás produzido.

Como avaliar a receita do Estado?

O CIP afirmou que a informação pública indicava que os pagamentos ao Estado Moçambicano, incluindo *royalties*, impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas e dividendos totalizaram menos de \$50 milhões de 2004 a 2012. Nós procuramos confirmar os números que publicamos com as empresas, agências do Estado e doadores envolvidos no projecto. Todos se recusaram a fornecer números alternativos.

A Sasol alega que as “contribuições directas” acumuladas ao Estado atingiram, nesta fase do projecto, \$616 milhões.

A análise do CIP sobre a receita do Estado é baseada nas referências de avaliação de contribuições financeiras do sector extractivo internacionalmente aceites. A definição é simples: pagamentos feitos ao Ministério das Finanças.

Para o projecto de Pande e Temane da Sasol, os pagamentos ao Ministério das Finanças incluiriam: pagamentos de *royalties* (imposto sobre a produção), imposto sobre o rendimento da Sasol Petroleum Temane e CMH, bem como o pagamentos de dividendos da CMH ao Estado.

Estas são as mesmas categorias de pagamentos que Moçambique deve divulgar através da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI). E são precisamente as mesmas categorias de pagamentos utilizadas pelo MIREM, Banco Mundial e FMI na elaboração das suas projecções da receita que sobrestimaram, consideravelmente, o que o Estado iria receber nesta fase do projecto.

Pagamentos marginais ao Ministério das Finanças

O CIP não está sozinho na sua conclusão de que os pagamentos do projecto de Pande e Temane da Sasol ao Ministério das Finanças foram marginais. Os dados na tabela abaixo foram elaborados pelo FMI e entregues ao Governo de Moçambique em Junho de 2012 com o título “Moçambique: Receitas dos Recursos Naturais”. Os números sobre o petróleo são relativos à Pande e Temane da Sasol – o único projecto de petróleo operacional no país, levado a cabo pela Sasol. Só existem dados completos para o período de 2004-2009.

A conclusão do FMI é que “as receitas dos recursos naturais têm sido relativamente modestas” e que “os projectos existentes ainda não estão a pagar o IRPC devido a perdas anteriores e deduções para amortização e a concessões dos regimes fiscais.” Estas conclusões são consistentes com o relatório de reconciliação de pagamentos e recebimentos de Moçambique, produzido no âmbito da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI, sigla inglesa).

Segundo a Ministra Bias, uma vez que alguns incentivos fiscais expiraram, as contribuições da Sasol para as receitas do Estado aumentaram de 189 milhões Mt em 2011 para 1.052 milhões em 2012. O facto da Sasol ter começado a pagar o IRPC é uma boa notícia para os moçambicanos. A bem da transparência, o CIP

pede à Autoridade Tributária e ao Ministério das Finanças que publiquem os pagamentos de *royalty* e IRPC feitos ao Estado pela Sasol Petroleum Temane de 2004 à 2013.

Os Pagamentos da Sasol ao Ministério das Finanças são Justos?

Apesar da Sasol não fornecer detalhes, podemos assumir que o grosso das “contribuições directas acumuladas” é proveniente de pagamentos do projecto a empresas estatais, incluindo a CMH e Companhia Moçambicana do Gasoduto (CMG).

Contudo, o ponto de partida para qualquer discussão sobre se os moçambicanos receberam uma parte justa do valor do gás de Pande e Temane é analisar quanto a Sasol pagou ao Estado como proprietário de 70% dos campos de gás e da Unidade Central de Processamento (Sasol Petroleum Temane), e proprietário de 50% da empresa ROMPCO (Sasol Gas Holdings). A Sasol Petroleum International da África do Sul é também o principal comprador de Gás de Pande e Temane, adquirindo mais de 90% da produção total de gás ao longo do ciclo de vida do projecto.

Com base na fórmula de preços, a exportação do gás de Pande e Temane tem sido muito lucrativa para a Sasol. Mas tem sido lucrativa para a Sasol na África do Sul e não em Moçambique, porque a Sasol vende o gás a si mesma a um preço extremamente baixo.

Encorajamos a Sasol a falar sobre os seus pagamentos ao Ministério das Finanças e a permitir às instituições moçambicanas, incluindo a CMH e ENH, responderem directamente às preocupações do CIP. Por conseguinte, perguntamos:

Os Dados do FMI (Moçambique) sobre Receitas dos Recursos Naturais³
(Apenas Petróleo – Milhões USD)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Total						
<i>Royalties</i>	1.2	0.9	2.5	2.6	3.4	2.3
IRPC	0	0	0	0	0	0
Import/Export	0	0	0	0	0	0
Outras	0.1	0	0.1	0.2	0.4	0.5
TOTAL	1.3	2.9	2.6	2.8	3.8	3.6

Fonte: Autoridades moçambicanas e FMI.

1: Quais são os pagamentos dos royalties da SPT por ano?

A Sasol indica que os royalties entre 2004 e 2013 representaram 33% das contribuições totais ao Estado moçambicano. Os dados fornecidos no relatório do CIP e os dados acima, fornecidos pelo FMI mostram que os pagamentos dos royalties foram de apenas alguns milhões de dólares por ano. Isto parece ser confirmado pelos relatórios do EITI sobre Moçambique, bem como pelas demonstrações financeiras da CMH. O Governo e a Sasol devem fornecer os totais anuais dos pagamentos de royalties feitos pela SPT.

2: Quanto IRPC pagou a Sasol Petroleum Temane e em quantos anos?

O FMI e outros dados sugerem que a Sasol Petroleum Temane não pagou IRPC até 2010. A Ministra Bias parece sugerir que isto mudou em 2012. A Sasol deve confirmar os números e os anos exactos em que o IRPC foi pago.

3: Quais são as contribuições anuais do investimento social corporativo?

Os documentos públicos da Sasol parecem indicar contribuições de investimento social, até 2012, de, aproximadamente, 13 milhões de dólares.

Estes pagamentos não devem ser incluídos numa análise da “receita do Estado”: não são pagamentos ao Ministério das Finanças e não estão sujeitos à supervisão do Estado e/ou do governo. Não obstante, a Sasol deve esclarecer o valor do investimento social com que contribuiu, por ano, desde o início do projecto e para que actividades.

(Endnotes)

- ¹ Ver Moçambique: Reformar os Regimes Fiscais de Minas e Petróleo, Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Junho de 2012, p. 48.
- ² Gás Natural Doméstico e Estudo do Mercado Condensado para Moçambique, IPA Energy and Water Consulting, 2009, p. 152 e 153.
- ³ Ver FMI Junho de 2012, p. 13.

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga | **Equipa do Pilar de Recursos Naturais e Industria Extractiva:** Adriano Nuvunga e Fátima Mimbire | **Layout and Design:** Nelton Gemo | **Tiragem:** 300 exemplares | **Endereço:** Rua Frente de Libertação de Moçambique, nº 354,

Maputo - Moçambique
Tel.: +258 21 492335, Cel.: +258 82 301 6391,
Fax: 258 21 492340 | Caixa Postal: 3266
E-mail: cip@cip.org.mz
Website: www.cip.org.mz
Registo Nº: 020/GABINFO-Dez/2007

Parceiros



ROYAL DANISH EMBASSY IN MAPUTO